

**CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO FACE À  
ABORDAGEM DE RISCO:  
confrontos econômicos, sociais e ambientais**

***CONSIDERATIONS ABOUT THE DEVELOPMENT IN THE FACE  
OF RISK APPROACH:  
economic, social and environmental clashes***

---

Cynthia Xavier Carvalho

*Universidade Federal de Pernambuco*

Wânia C. Gomes Di Lorenzo Lima

*Centro Universitário UNIPÊ*

Edgard Malagodi

*Universidade Federal de Campina Grande*

**Resumo**

Com a modernização tecnológica e a globalização emergem transformações econômicas que repercutem diretamente no cenário social. Procura-se neste artigo discutir o tema do desenvolvimento, refletindo-se acerca dos riscos. A análise dos riscos tem como base as contribuições teóricas de Ulrich Beck, com o fim de levantar subsídios para debater os desafios da sociedade contemporânea em uma abordagem crítica. Partindo das transformações de ordem econômica, são enfatizadas as questões sociais, ambientais, o papel do mercado, do Estado e da sociedade civil. Ressalta-se a função da regulação na dimensão do progresso humano, enfocando suas limitações e as necessidades de mudanças valorativas na perspectiva do direito subjetivo ao desenvolvimento. Por fim, defende-se a análise do desenvolvimento de forma multifacetada, como o próprio direito à vida, na expectativa de amparar um debate mais amplo sobre a superação de riscos no caminho da sustentabilidade, como prerrogativa do direito universal ao desenvolvimento.

**Palavras-chave:** riscos; desenvolvimento; sociedade; meio-ambiente

**Abstract**

With the technological modernization and globalization it emerging economic transformations that have a direct impact on the social scene. The aim is to discuss the issue of development, reflecting on the risks. The risk analysis is based in the theoretical contributions of Ulrich Beck, in order to get subsidies to discuss the challenges of contemporary society in a critical approach. Beginning of economic transformation, are emphasized social and environmental issues, the role of the market, state and civil society. Note also the function of regulating in the

dimension of human progress, focusing on their limitations and the need for valorative changes in the perspective of the subjective right to development. The defense is by a multifaceted analysis of the development, as the right to life, in expectation of supporting a wider debate about the overrun risk on the road to sustainability, as the prerogative of the universal right to development.

**Keywords:** risk, development, society, environment

## Introdução

O tema do desenvolvimento econômico e social tem estado na agenda dos debates acadêmicos há mais de meio século. No entanto, o desenvolvimento das sociedades tem implicado riscos cada vez mais abrangentes e ameaçadores. Esta situação reflete-se na produção das Ciências Sociais, configurando-se como o eixo de debates e polêmicas.

O objetivo deste artigo é trazer elementos para pensar o alcance das categorias analíticas utilizadas por Ulrich Beck para estudar algumas das formas de risco presentes na sociedade contemporânea, tendo como eixo norteador o tema do desenvolvimento.

Na obra *A Sociedade de Risco*, o autor opera uma crítica da modernidade, leia-se da sociedade capitalista industrial, analisando os riscos (ecológicos, econômicos e sociais) decorrentes do processo de intensificação da industrialização.

O presente artigo não se pretende um texto interpretativo da teoria da sociedade de risco deste autor, mas, com base nesta teoria, busca-se analisar certo conjunto de transformações econômicas e sociais em voga – aspecto que obviamente perpassa a interpretação analítica dos elementos centrais introduzidos por Beck, trabalhando-os simultaneamente às contribuições teóricas e informativas trazidas por outros autores.

Expondo de outra forma, a ideia é levantar alguns aspectos do debate sobre o desenvolvimento em face dos desafios apresentados à sociedade contemporânea, dialogando acerca da aplicabilidade da teoria de Beck ao entendimento de certos fenômenos.

Partindo metodologicamente de um recorte bibliográfico, utiliza-se o aporte teórico das Ciências Sociais em uma análise temática acerca do risco, envolvendo os temas do desenvolvimento econômico e da globalização, aqui sublinhados, com ênfase em questões econômicas, sociais e ambientais, mas sinalizando rapidamente para o papel do Estado e da sociedade civil. A proposta parte do exame das transformações no cenário econômico mundial no contexto da globalização, que permite identificar certas contradições inerentes aos processos de desenvolvimento das sociedades, contrapondo-se, por exemplo, de um lado, o crescimento econômico percebido através da expansão do mercado global, e, de outro lado, suas possíveis consequências impactantes e perturbadoras do cenário social. Em seguida, diante do cenário construído, evidenciam-se duas problemáticas recentes, mas historicamente presentes na sociedade: a questão da fome e do desemprego.

Algumas teses de Beck são aqui sinalizadas rapidamente, mas serão mais bem

trabalhadas na sessão “Um olhar sobre os ‘novos riscos’ a partir das contribuições de Ulrich Beck”, o que contribuirá para a discussão sobre o cenário de riscos característicos da contemporaneidade, logo em seguida. Cabe uma advertência: este texto não se propõe restringir ao processo de formulação de conceitos, mas introduzir questões para fertilizar o debate nas Ciências Sociais.

### **Construindo o cenário: mudanças tecnológicas e transformações mundiais**

Primeiramente, cumpre ressaltar as transformações observadas no cenário econômico e tecnológico nos últimos anos, com base em Castells (2002, p. 2006). Para este autor, embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia, ou simplesmente a sua ausência, congrega a capacidade de transformação das sociedades. Neste ponto, cita como fator decisivo para a modificação do paradigma e para o aparecimento das consequentes formas sociais sobre o que discorre em seu livro, o processo de reestruturação capitalista, em voga a partir dos anos de 1980. Trata-se de um processo que surge com as indagações sobre as limitações do modelo de desenvolvimento de cunho keynesiano, que inclusive já vinha desde o início da década de 1970, mas que na década de 1990 foi caracterizado pela desregulamentação, privatização e desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho.

Segundo o autor, a sociedade que emerge do processo de transformação tecnológica é capitalista, mas também é informacional, com variações históricas para cada país. Em Castells (2002), a revolução da tecnologia da informação é posta como essencial para a reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980, moldada, mas não limitada, pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado. Neste sentido, surge uma nova e diversificada estrutura social, agora associada a um novo modo de desenvolvimento – o informacionalismo. Para o autor, o papel do Estado, seja interrompendo, promovendo ou liderando a inovação tecnológica, é tido como determinante.

Para explicar o impacto destas transformações de um ponto de vista social, Castells (2006) postula que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder, em que os elos entre seres humanos e entre estes e a natureza cristalizam-se em formação de novas identidades. Para o autor, todo esse processo faz surgir uma nova estrutura social – a sociedade em rede; uma nova economia – da informação; e uma nova cultura – a da virtualidade. Neste cenário, se por meio da tecnologia há a construção de redes de capital e de pessoas no mundo, há também um processo inverso que desconecta população e regiões desprovidas de interesse para a dinâmica posta. Assim, ao passo que se tem uma maior proximidade, encurtamento de espaços promovido pela tecnologia, há um distanciamento de outros, ainda excluídos do processo ou parcialmente incluídos.

Para Bauman (1999, p. 25), “em vez de homogeneizar a condição humana, a

anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la”. Enquanto isso, a velocidade de comunicação nos é posta e, ao mesmo tempo em que nos alimenta com informações e nos conecta, praticamente nos inunda de possibilidades que nos remetem a um estilo de vida ansiado.

Como característica desta fase, o poder da mídia é ampliado, juntamente com o poder financeiro global. Trata-se, como diz Bauman, da ‘incorporeidade’ do poder, que se torna extraterritorial, ainda que esteja corporalmente no lugar. As técnicas do poder se diversificam. A vigilância, tema abordado por Foucault (1982), se dilui em um processo de ampliação de escala nunca antes percebida. Nossos passos são catalogados e mapeados. Bauman (1999) já expunha algumas considerações a respeito da grande quantidade de dados que se fornece voluntariamente. Aqui introduzimos: uma voluntariedade que foge ao completo entendimento do mesmo a cada momento que se usa o cartão de crédito, as redes sociais, dentre outros meios.

Paralelamente a essas mudanças no cenário econômico e tecnológico surgem atores considerados como capazes de construir uma nova sociedade civil. Segundo Castells (2002, 2006), a lógica da economia em rede chega de diferentes maneiras, em distintas regiões, o que termina por criar condições para que indivíduos que se veem à margem do processo se reagrupem em torno de identidades. Surgem novos sujeitos: movimentos sociais especialmente ligados às demandas específicas, como os ecologistas, feministas, localistas...

Assim, à noção de desenvolvimento atrelam-se os processos de mudanças tecnológicas e sociais. Para finalizar o cenário, cumpre falar mais detidamente do papel transformador do que pode ser denominado de globalização econômica.

A globalização pode ser entendida como um fenômeno multifacetado de anulação ou encurtamento das fronteiras, mas também de instauração de um processo de abstração e de contradição que lhe são inerentes. Tais processos se instauram na medida em que empresas, empresários e atores sociais como um todo se inserem em muitos lugares, mas sem necessariamente estarem fisicamente presentes (Bauman, 1999).

Na esfera econômica, trata-se de algo impulsionado pela ação mundializada de algumas empresas, complementada pelo acelerado processo de financeirização, o que ocorre basicamente a partir dos anos de 1970. Uma ação de certa forma ‘empurrada’ pelo mercado.

Ao mesmo tempo em que o mercado se expande, diluindo relações sociais em nível global, ocorre o declínio do Estado-Nação e de suas forças para controle dos fluxos de bens, pessoas, informações e cultura. Em termos de política, fala-se do desmantelamento (declínio) do que se convencionou chamar de *Welfare State*, em que o ordenamento jurídico dos Estados é suplantado por interesses de grandes empresas.

O desmantelamento do Estado de Bem-eEstar Social leva à criação de organismos que se superpõem ao papel do Estado em torno de novos interesses. Na esfera do mercado, figuram as instituições em busca de acumulação transnacional, deflagrando um novo processo de divisão internacional do trabalho e de um ‘produtivismo’ com uso degradante

dos recursos naturais. Na esfera social, figuram agora atores de uma sociedade civil global (como os movimentos transnacionais) (Bauman, 1999; Vandenberghe, 1999).

### **Globalização e mudanças sociais: novas formas de velhos riscos**

No presente texto, optamos por, antes de entrar na teoria da sociedade global de riscos de Beck (1997), nos valer do cenário apresentado na sessão anterior, trazendo exemplos do que será tratado como ‘novas formas de velhos riscos’ em contraposição ao que se pode chamar de ‘novos riscos’, colocados mais diretamente a partir das contribuições de Beck (1997, 2002). Cumpre salientar que o autor empreende uma crítica ecológica da sociedade industrial, capitalista, trabalhando também a ideia de reflexividade no sentido de confronto da sociedade com as consequências da industrialização. Nas duas obras citadas, salienta-se que os problemas ecológicos são os efeitos perversos da modernização, mas que terminam por se configurarem igualmente como problemas sociais.

O que se pretende neste tópico é frisar que, diante de um cenário muito mais dinâmico, problemas que já existiam tomam hoje uma dimensão bem menos circunscrita e temporalizada, vestindo-se com nova roupagem, mas sem necessariamente deixarem de se situar como dificuldades históricas que ainda se fazem presentes. Trata-se apenas de uma opção metodológica de exposição do problema, mas que não esgota a problemática. Para tanto, elegem-se dois aspectos que se acredita ilustram bem os riscos que se perpetuam e se vestem de novas roupagens diante das transformações socioeconômicas atuais: o desemprego e a fome.

Antes, salienta-se que o cenário construído corrobora a exposição de Giddens (2005) de que a globalização traz consequências sociais. Por sua amplitude, porém, estas consequências se apresentam difíceis de prever e de controlar. Além disso, diferentemente de épocas passadas, os impactos passam a apresentar variações. De acordo com o autor, antes a sociedade esteve historicamente mais propensa aos chamados ‘riscos externos’ (provenientes do comportamento da natureza, mas sem muito elo com as ações humanas), hoje se confronta com o que se pode denominar ‘riscos produzidos’ (criados pela intervenção do ser humano sobre a natureza).

Para Giddens (2005), acontecimentos recentes que contribuem para o aquecimento global, as mudanças tecnológicas que nos colocam diante de uma cadeia alimentar baseada em alimentos geneticamente modificados, dentre outros aspectos, impõem aos indivíduos novas possibilidades de perigos para os quais ainda não houve tempo para assimilar as consequências. Este fato faz com que as tomadas de decisões individuais tenham que ser muito mais urgentes do que em épocas anteriores, demandando igualmente mudanças nos padrões de comportamento dos indivíduos, da sociedade civil organizada, das empresas e do governo. Estes aspectos, segundo Beck (1997), têm levado à configuração do que denomina sociedade de risco.

Em suas obras, Beck introduz uma série de considerações sobre os novos riscos que surgem desse cenário, especialmente os riscos ecológicos, mas explorando paralelamente, como diz Giddens (2005), toda uma série de problemas inter-relacionados no contexto da vida social, que dizem respeito às mudanças nos padrões de emprego, das tradições e da cultura. Algumas destas mudanças são vistas aqui muito mais como variantes de ‘velhos riscos’ do que como ‘novos riscos’, propriamente ditos, o que será abordado a seguir.

### **1) Mudanças na esfera da produção e do consumo e o risco do desemprego**

Tomando como ‘pano de fundo’ o contexto da globalização econômica, pode-se dizer que algumas das mudanças sociais deflagradas pelas alterações tecnológicas em voga dão-se tanto na esfera da produção quanto na de consumo.

Do lado da produção, antes o sistema estivera configurado em uma estruturação fordista, com seus empresários vistos como capazes de incitar um processo criativo de inserção de novas tecnologias, propulsoras do desenvolvimento (Schumpeter, 1985). Foi o advento destas tecnologias – e aqui se considere principalmente a microeletrônica – que levou às mudanças e aos questionamentos sobre a possível saturação do próprio sistema produtivo, com impactos sobre o social, em especial no mercado de trabalho.

Antes se apontava para a inovação tecnológica como geradora apenas de um desemprego imediato (sazonal) que poderia ser revertido com o processo de expansão da produção (Schumpeter, 1985), hoje se aponta para um panorama de incerteza permanente e mundializado (Bauman, 1999), em uma reconfiguração do risco do desemprego imposto à sociedade.

O desemprego, que assolou o chamado capitalismo industrial, insere-se com nova roupagem no chamado capitalismo informacional. Como salientado por Dupas (2001, p. 226), “o impacto das novas cadeias globais sobre a geração e a qualidade dos empregos na economia contemporânea será um dos temas mais relevantes desse século”. Argumenta o autor que a questão do desemprego ‘mundializado’ é bastante complexa, visto que não estão em jogo somente os empregos, mas sua distribuição levando em conta a regionalidade sobre os diferentes países do mundo.

Na lógica das cadeias mundiais há uma tendência de que a produção mundial, além de gerar menos empregos diretos e formais, favoreça o trabalho informal e com baixos salários, bem como, com a chamada flexibilização do mercado de trabalho, a eliminação de certas garantias sociais dos trabalhadores como forma de enfrentamento do desemprego.

Esse quadro, embora agravado em países que não avançaram em termos de melhoria do padrão de vida da população, não tem poupado economias ditas desenvolvidas. Como exemplo, tome-se a crise econômica mundial deflagrada nos Estados Unidos da América, em 2008, e o cenário recente de desequilíbrio econômico na Europa, com grande impacto sobre o mercado de trabalho.

Dados recentemente divulgados pela Eurostat (órgão responsável pela estatística para a União Europeia) revelaram um comportamento contínuo em termos do aumento do desemprego na zona do euro. A taxa de desemprego para os 17 países ficou em 11,6% em setembro de 2012, em contraste com os 10,5% atingidos em outubro de 2011<sup>1</sup>.

O fato é que postos de trabalho deixam de existir devido a uma série de fatores, dentre eles: o avanço da robótica, a crise financeira e a migração de empresas entre continentes em busca de maior lucratividade. Na constante procura pela maximização do lucro nas condições atuais de mercado, cresce o impacto sobre a classe trabalhadora, podendo, inclusive contribuir para um colapso na economia. Sem condições de gerar receita, as pessoas vão se situando à margem, desencadeando uma série de contratempos de ordem política, social, civil entre outros.

As taxas de desemprego elevadas vêm dando continuidade a toda uma problemática vivenciada pela classe trabalhadora, desde o período que Beck designou como de 'sociedade industrial', de certa forma configurando um cenário diferente do pensado pelo autor para trabalhar os problemas que estariam associados ao mercado de trabalho na então chamada 'sociedade de risco'. A abordagem de Beck (2002) encaminha-se muito mais para a análise dos impactos gerados pela flexibilização espacial e temporal no mercado de trabalho, na medida em que passa a criar novas incertezas e desigualdades sociais, mas sem reconhecer o problema do desemprego propriamente dito, mas sim o do chamado subemprego. Para o autor, o desemprego estaria representado pelas formas de subemprego e os riscos a ele associados.

Visto isso, a título de complementação, ressaltam-se também as mudanças do lado do consumo. Estas vêm ligadas às transformações no padrão de comportamento da população que parecem cooperar para o cenário descrito. Neste ponto, podemos nos valer das contribuições de Baudrillard (1975). Para o autor, o sistema capitalista sempre agiu de forma contraditória, impondo hoje mais dialética no processo do que antes.

Seguindo a exposição de Baudrillard (1975), a dialética aqui se institui não necessariamente no nível da exploração da força de trabalho, mas no nível do consumo. A ideia é que as mudanças no cenário produtivo encarnam um processo de abstração total da produção enquanto produção de mercadoria-signo, e na total manipulação destes signos no consumo.

Estes signos podem ser entendidos como bens cujas finalidades não são claramente definidas. Os valores de uso desaparecem completamente, visto que o que se consome hoje são símbolos (produtos comprados pelo status que proporcionam: já não é a necessidade que se sobressai). Significados ou necessidades que eram contingentes e heterogêneos hoje são homogêneos e racionalizados. Agora os produtos já não apontam para uma finalidade concreta, ocorre uma transformação na esfera do consumo, com a sua

<sup>1</sup>Estes dados encontram-se disponíveis em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1>> Acesso em: 7 nov. 2012

massificação, aumentando a complexidade do sistema e os riscos a ele inerentes.

## 2) O risco da fome

A produção e o consumo vêm crescendo continuamente, com participações diferenciadas dos países do globo, mas a fome ainda é uma realidade. Aqui, ao risco do desemprego pode-se somar o risco da fome. Recentemente, em reportagens sobre a fome no mundo, divulgaram-se os dados de que, para um total de quase quatro milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar na Somália, cerca de 700 mil poderiam morrer de fome nos quatro meses seguintes<sup>2</sup>. Desta forma, o risco da fome emerge como uma temeridade histórica, que ainda se faz presente na sociedade contemporânea e para a qual surgem estudos acerca das causas, inclusive reascendendo debates teóricos tradicionais sobre os problemas do crescimento populacional.

Embora seja um tema controverso, fato é que a fome que surge pode ser decorrente de diversos fatores, a exemplo do problema de insuficiência de produção, decorrente ou não de um crescimento populacional mais elevado. Em geral, são citadas dificuldades também resultantes do viés distributivo concentrador e da incapacidade de respostas às crises na atualidade.

Como diz Sen (2000), indivíduos podem ser levados a passar fome devido ao desemprego, quando não se tem nenhuma contrapartida em termos de seguridade social e de ampliação de 'intitamentos' ou de sua condição de agente. A desigualdade é tomada como importante elemento para a ocorrência de fome, na medida em que alguns indivíduos ou grupos podem sofrer grandes perdas de poder no mercado devido, por exemplo, a um desemprego repentino, sem obrigatoriamente se observar variações na oferta total de alimentos. Este é um fator dito como resultante não apenas de privação de renda, mas de autonomia dos agentes para se inserir em determinados espaços devido à ausência de oportunidades. O autor traz uma série de exemplos de ocorrência de fomes coletivas apesar do acontecimento de um pico na disponibilidade de alimentos.

Acredita-se que o acréscimo da riqueza mundial não se traduz necessariamente em igualdade em termos de capacidades, seguindo a perspectiva de Amartya Sen. A ampliação das capacidades sofre influência da renda, mas também de uma série de outras variáveis, como saúde, participação política, educação, dentre outras.

Assim, por exemplo, embora se sinalize para um aumento da média mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 1990 e 2010, refletindo melhorias na expectativa de vida, escolarização, alfabetização e renda (United Nations Development Programme, 2011), recente relatório sobre o estado de insegurança alimentar no mundo (Food and Agriculture Organization, 2010) aponta para a existência de um alto número de

2 Ver, por exemplo, matéria disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI5330857-EI17615,00-ONU+fome+na+Somalia+se+agravara+nos+proximos+quatro+meses.html>> Acesso em: 2 nov. 2012

pessoas subnutridas (cerca de um bilhão). Segundo este relatório, apesar de um esperado declínio em face do crescimento estimado para o ano de 2010, particularmente para países considerados em desenvolvimento, a persistência no aumento dos preços dos bens alimentares poderia se configurar como um obstáculo adicional na luta para reduzir a fome no mundo. Estimava-se ainda a permanência de um total de 925 milhões de pessoas em estado de subnutrição, mesmo depois de uma aparente superação dos problemas deflagrados pela crise alimentar e pela crise econômica de 2008, o que indica a existência de um problema estrutural de fome.

O que se evidenciou foi que o crescimento econômico e melhorias de indicadores sociais, mesmo essenciais, não se dão de forma suficiente para eliminar o risco da fome dentro de um período de tempo aceitável.

O relatório da Food and Agriculture Organization (FAO) esteve centrado na análise de países que apresentam maior incidência de fome, em geral caracterizados por existência de crises alimentares de longa duração ou recorrentes, devido a distintos fatores, como: problemas naturais, climáticos ou induzidos pelos indivíduos, bem como pela limitada capacidade de resposta. Estes problemas, embora históricos, passam a tomar outras dimensões diante do cenário de transformações mundiais, mas que incorporam cada vez mais dificuldades características da chamada 'sociedade de risco', a exemplo das intempéries climáticas.

Outro aspecto é citado por Roberts (2009) ao expor uma crítica à produção de alimentos em larga escala. O autor frisa que muitos alimentos estão sendo produzidos com métodos que implicam altos volumes, baixos custos e que têm como principal canal de comercialização os grandes varejistas. Baseados em um novo ciclo de tecnologias que atentam para o objetivo de ampliação da produção com vistas a atender ao mercado, o que se tem são as ampliações das externalidades negativas em termos ambientais e, conseqüentemente, sociais. Disto resultam novos riscos para a sociedade, sem sequer se resolver o risco histórico da fome. O problema aqui decorre da entrada do segmento alimentar em um modelo econômico e político que vê apenas aquilo que pode agregar maior valor monetário, deixando de lado a preocupação com padrões sustentáveis de produção e com o tecido social.

Em um cenário micro, focando o Nordeste do Brasil, tem-se que o quadro de seca atual, com possibilidade de se agravar com o passar dos anos, em decorrência dos impactos das mudanças climáticas, pode contribuir para a insegurança alimentar da população, gerando um círculo vicioso de fome e de degradação ambiental. Tendo em vista que Beck nos traz uma reflexão sobre os efeitos ecológicos da modernidade, a fome, aqui, passa a estar ligada a este cenário, mesmo que localmente não se tenha vivenciado o que poderia denominar-se 'modernidade avançada' ou 'modernização reflexiva' – elementos trabalhados por Beck. Saliente-se que no curto prazo pode haver uma tendência ao agravamento do trade off entre preservação ambiental e manutenção das famílias nas regiões, em especial

no Semiárido nordestino. Este aspecto pode ser ilustrado com o crescimento da utilização de plantas nativas, como o mandacaru (*Cereus jamacaru*) que passa a ser usado como ração animal, sendo retirado da caatinga sem uma preocupação com a sua reposição, contribuindo para os processos de desertificação já iniciados (Carvalho et al., 2012).

Enfim, o que se quis evidenciar foi a presença de ‘velhos’ riscos para a sociedade, no sentido de riscos históricos que se mantêm e/ou se reconfiguram na contemporaneidade. Com isto, salienta-se que, a exemplo do problema do desemprego na atualidade, a abordagem empreendida por Beck em sua formulação da teoria da ‘sociedade de risco’, termina por não se adequar totalmente para explicar e entender alguns destes fenômenos. Ressalte-se o ‘não totalmente’ pelo fato de que estes fenômenos assinalados vêm mesclados de fatores que se fazem presentes nos estudos empreendidos por Beck, e que serão mais bem abordados a seguir. Dito isto, no próximo item a discussão será ampliada, incorporando categorias analíticas mais detidamente trabalhadas pelo autor no contexto da ‘modernidade reflexiva’ e da ‘sociedade de risco’.

### **Um olhar sobre os ‘novos riscos’ a partir das contribuições de Ulrich Beck**

Beck (2002, 1997) faz um retrato social da chamada ‘sociedade de risco’, questionando temas como ‘individualização’, ‘des-traditionalização’ das formas de vida da sociedade industrial, mudanças no mundo do trabalho, assim como o surgimento de uma nova modernidade, trazendo a ideia de uma ‘modernização reflexiva’. Abordando aspectos como ‘a generalização da ciência e da política’, são trabalhados temas como a desmonopolização do conhecimento (introduzindo o papel da ciência na produção e solução dos riscos), e a emergência de uma crítica pública aos efeitos nefastos da sociedade industrial, discorrendo sobre alguns cenários possíveis para a sociedade.

Espera-se, com o debate aqui introduzido, contribuir com a seguinte questão: até que ponto a elaboração teórica de Beck, a partir de um contexto espacial próprio das economias europeias mais avançadas, pode ser útil para entender os processos sociais vividos no Brasil, na atualidade, especialmente em relação aos riscos, não só decorrentes da industrialização, como também aos novos riscos associados à sociedade contemporânea? Não será nosso foco trabalhar estes processos sociais vividos no Brasil, mas colaborar para o seu entendimento.

Como exposto anteriormente, Beck (2002, 1997) trabalha a crítica ao processo de industrialização que acarreta consequências ecológicas e sociais para a sociedade. Para o autor, os problemas ecológicos da modernização são problemas que levam a outra modernidade, uma modernidade reflexiva – que traz a possibilidade de (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial (1997, p. 12). Esta surge da continuidade do processo de modernização e do desenvolvimento posto, mas agora caracterizando uma sociedade de risco.

A sociedade de risco significa um estágio da modernidade em que tomam

corpo as ameaças produzidas pelas transformações na sociedade em prol do almejado desenvolvimento. A ideia é que a modernidade impingiu mudanças que podem deflagrar a autolimitação do processo a partir das ameaças potenciais que gerou. Todavia, o problema é que estas ameaças consolidaram-se como globais. Hoje se convive com a tendência ao aquecimento, aumento da temperatura no planeta, que se dá em nível global. Todos sofrem as consequências. Além disso, há o receio de contaminações nucleares e químicas, como as originárias de acidentes em usinas e as por inserção de substâncias nocivas nos alimentos (Beck, 2002). Esses novos riscos não estão circunscritos a um espaço-tempo. Eles são sutis – destruidores, mas invisíveis –, o que leva a desafios inclusive no campo da ciência.

O escopo de avaliação e de medição dos danos, possível no campo da ciência, é desafiado e termina por colocar à prova os padrões científicos objetivos pelos quais os riscos poderiam ou tenderiam a ser tratados. O senso comum e seus personagens tornam-se críticos deste cenário e passam a figurar como agentes do que Beck denomina sociedade de risco. Um exemplo são as recentes mobilizações da Rio + 20<sup>3</sup>, agregando distintos atores (movimentos sociais, cientistas, formuladores de políticas públicas...) no debate em torno de soluções para os riscos ecológicos globais.

A partir do referencial acima, a sociedade é vista como ‘tropeçando’ nos limites do próprio modelo. Os riscos ecológicos geram elementos para a crise e para o questionamento da legitimidade do risco. A tese central é que na sociedade há a produção de catástrofes que atacam a sua própria base. Os efeitos adversos permitem chegar a uma crítica do modelo. Uma crítica pública no sentido de ter as pessoas como protagonistas. Aspecto que conduziria à passagem para a chamada modernidade reflexiva. Trata-se de uma passagem para uma autocrítica da sociedade, ou se se preferir uma sociedade autocrítica, e, assim, admite-se outra política, uma subpolítica – uma politização que se faz como cidadãos.

A crítica pública, realizada por cidadãos, levaria à passagem de uma primeira modernidade para uma segunda modernidade. A perspectiva da emancipação estaria na subpolítica, dando margem para se falar dos movimentos sociais, agora mais individualizados ou centrados em lutas que refletem demandas específicas.

Beck (1997), na verdade, insere uma reflexão ecologista a partir de uma crítica ao industrialismo. O que se vê no livro *La sociedad del riesgo* é uma crítica da modernidade do ponto de vista ecológico e social. Apesar de uma aparente linearidade da sua teoria, Beck não descarta a heterogeneidade de estágios que possam vir a existir em diferentes sociedades. Portanto, abre-se precedente para incluir o debate em torno da reconfiguração ou da permanência dos velhos riscos que afligem a sociedade no seio desta discussão.

É preciso notar que as sociedades apresentam não só os **novos riscos**, como também as velhas poluições e os históricos problemas da fome e do desemprego, dentre outros aspectos. Além disso, nem todo lugar apresenta, como apontado por Beck, uma massa

3 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 13 e 22 de junho de 2012.

crítica capaz de agir no sentido de configurar-se como uma sociedade autocrítica. Em todo caso, é um ponto de vista que rompe com a perspectiva da alienação, no sentido de que a emancipação estaria na subpolítica, em um trajeto que poderia ser caracterizado como despolitizar para politizar (Carvalho; Malagodi, 2011).

### **O debate do desenvolvimento em face dos ‘novos riscos’**

De forma sintética, optou-se por citar os riscos da fome e do desemprego na sociedade contemporânea. Estes riscos não são novos, mas têm assumido características diferentes, além de não estarem isolados. Eles se sobrepõem em um cenário de surgimento de novos riscos, em especial em face da preocupação com o esgotamento dos recursos naturais e de estudos que apontam para a perda contínua da capacidade do planeta de se recompor.

Recentemente vem sendo divulgada a importância de rever a necessidade de manutenção de altas taxas de crescimento econômico. Mas a pergunta que se coloca é se podemos falar em reduzir as taxas de crescimento da economia em meio à necessidade de redução da fome, da pobreza e do desemprego.

A problemática envolvendo a relação entre desenvolvimento, visto como a ampliação de renda *per capita* (para o qual caberia melhor a palavra crescimento), e poluição foi ilustrada por Moraes (2009, p. 35), citando Grossman e Krueger (1993), através do que se denomina Curva de Kuznets Ambiental (CKA) (figura 1).

A figura 1 nos permite visualizar três concepções distintas e bastante discutidas nas literaturas que dissertam sobre economia, desenvolvimento e meio ambiente. Trata-se de três visões acerca das possibilidades do desenvolvimento.

Primeiro, uma visão mais convencional, entendendo que na fase de crescimento inicial da renda *per capita* o nível de poluição tende a crescer, passando para uma fase de decrescimento, a partir do momento em que se alcança determinado montante de renda *per capita*. Ressalta-se, aqui, que, na fase inicial de desenvolvimento, regiões estariam mais preocupadas com o avanço da produção e do emprego do que com os riscos ambientais e sociais. Moraes (2009) cita dados de pesquisas empíricas realizadas por outros autores para fundamentar este ponto de vista. A curva CKA convencional poderia, porém, servir para a defesa da visão de primeiro poluir e depois controlar (Guoming et al., 1999 apud Moraes, 2009).

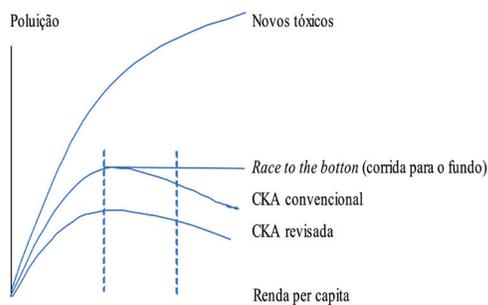


Figura 1 – Curva de Kuznets ambiental  
Fonte: Moraes (2009, p. 35)

Figura 1 – Curva de Kuznets ambiental

Fonte: Moraes (2009, p. 35)

Fortalecendo o ponto de vista convencional, há a visão otimista que identifica, por exemplo, que no decorrer do desenvolvimento tecnológico haverá meios para se desenvolver utilizando tecnologias mais limpas e com menor nível de poluição, o que levaria a um cenário como o ilustrado pela CKA revisada. Aqui, ocorre uma maior inflexão da curva, com o período de decrescimento da poluição surgindo em um nível menor de renda *per capita*, com um grau também menor de poluentes gerados.

Há críticas! Estas vêm associadas, na literatura, a uma visão pessimista acerca do processo de desenvolvimento. Ressaltam-se duas problemáticas: uma retratada pela possibilidade de manutenção dos poluentes e não de sua redução, a partir de um nível de renda per capita mais elevado, que seria provocado pelos hábitos de produção e consumos associados ao padrão alcançado. Outra, é que há quem considere que, mesmo ocorrendo um movimento como o da CKA revisada, os avanços da sociedade levariam à criação de novos poluentes em uma taxa que superaria a redução dos antigos tóxicos.

Com o avanço da produção e da tecnologia, se novos tóxicos são gerados, novos riscos também. Acontece que no nível mundial há um processo de legitimação dos riscos, potencializado pelo uso de argumentos defendidos por correntes teóricas no campo da economia. Aqui, a ideia chave é que os riscos ambientais, decorrentes do uso de algum processo, podem ser contrabalançados a partir de uma gestão de riscos.

A noção de gestão de riscos leva em conta a preocupação em avaliar os instrumentos de política alternativos para reduzir o risco de um determinado perigo à sociedade, em que várias estratégias são selecionadas, dentre as quais, a análise custo-benefício (Thomas; Callan, 2010).

Segundo o autor, a análise custo-benefício do risco termina por estimar um nível de risco aceitável, tendo como critério a eficiência alocativa na economia. O foco é fazer uma comparação entre o valor monetário dos benefícios sociais de uma determinada escolha e os custos sociais decorrentes desta mesma escolha, para encontrar o nível eficiente do

risco (ou, o que é o mesmo: um nível de risco aceitável). Ou seja, pesam-se as chamadas externalidades negativas e positivas que podem decorrer das escolhas econômicas, valorando-se os benefícios e os custos (ou mesmo predeterminando-os em termos de legislação).

A polêmica reside na objetividade com que é tratado o tema e na dificuldade em se aceitar que se atribua valor monetário à vida, algo cujo valor é intrínseco. Trata-se de uma polêmica em relação a qual têm sido realizadas inúmeras pesquisas, mas cujas soluções e alternativas estão longe de um consenso. Em todo caso, ao aceitar uma abordagem centrada neste ponto de vista, podem-se estabelecer leis ambientais que contribuam para uma legitimação do risco pela própria sociedade.

As contribuições de Beck (2002) partem do argumento de que o problema da sociedade global é que os riscos são globais, o que demanda que as soluções também sejam pensadas em nível mundial, mas valorizando-se de igual maneira as soluções, as tomadas de decisões e estratégias locais.

O padrão produtivo posto em prática no processo de desenvolvimento do capitalismo, baseado na visão da natureza como um fator de produção (recurso natural), sem maiores preocupações em relação à própria limitação quantitativa dos recursos existentes, cria as bases para uma crise ambiental que é também social. Para o autor, “se antes os conflitos existentes centravam-se na superação da carência, agora os conflitos residem na superação dos riscos” (Beck, 2002, p. 53).

A grande dificuldade para a elaboração de uma estratégia comum reside no fato de que, se muitas das tecnologias vistas como propulsoras do desenvolvimento, pelo seu caráter inovador, têm sido consideradas sérios riscos à sobrevivência do planeta, em muitos lugares há ainda uma fase de busca pela superação da fome e das carências. Nestes, ainda predomina a perspectiva do industrialismo. No entanto, dado o processo multifacetado e multidimensional da globalização, sociedades que ainda vivem a busca pela superação da carência, involuntariamente inserem-se num cenário de busca pela superação dos riscos, pois estes se apresentam de maneira ‘deslocalizada’.

Continuando, se de um lado o sistema econômico contemporâneo e o comportamento dos indivíduos levam a crer que os recursos naturais não são finitos, e mais, são substituíveis pela tecnologia, por outro lado, cientistas como Georgescu-Roegen (1974) vêm demonstrando que o cenário não é tão promissor. Para este autor, a economia não incorporou em suas análises a termodinâmica, que traz a ideia de entropia. Em síntese, a questão é que, no processo de vida, nós estamos usando fonte de energia, mas uma parte dela se dissipa e não pode mais ser utilizada. Segundo o autor, o processo é irreversível.

Se olharmos para a problemática do uso dos combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão) que, segundo Giddens (2010), são os que predominam no mundo, mas também os maiores responsáveis pelos gases do efeito estufa, o quadro de incertezas com relação aos riscos soma-se às preocupações acerca da segurança energética, necessária à

manutenção de determinados estilos de vida.

Como ressalta Hinrichs, Kleinbach e Reis (2010), embora o uso de energia tenha aumentado desde 1986, a relação Produto Interno Bruto (PIB) e consumo de energia (medido em Btu<sup>4</sup>), chamada intensidade energética, tem diminuído. Isso significa que o crescimento da demanda energética tem sido menor do que o crescimento econômico. Mas a questão é: essa diminuição é suficiente para revertermos ou pararmos os processos de desequilíbrios ambientais existentes e previstos e os riscos associados? Segundo os autores, outra pergunta se coloca: podemos lidar com as crescentes emissões das usinas de energia e dos automóveis que utilizam combustíveis fósseis?

A questão central é a mudança climática global em curso. Como exposto por Hinrichs, Kleinbach e Reis (2010), mais de cinco bilhões de toneladas de carbono são adicionadas anualmente à atmosfera, sofrendo um acréscimo de cerca de oitenta milhões de toneladas por ano, o que vem contribuindo para o aumento da temperatura média global.

Os riscos associados à mudança climática do planeta tem gerado uma série de discussões, algumas vezes com cenários apocalípticos, como diz Giddens (2010). Este autor, citando Diamond (2005), ilustra um interessante paralelo de nossa sociedade diante do que ocorreu com a Ilha de Páscoa, no Oceano Pacífico:

Graças à globalização, ao comércio internacional, aos aviões a jato e à internet, todos os países da Terra, hoje em dia, compartilham recursos e afetam uns aos outros, tal como se afetavam os 12 clãs da Ilha de Páscoa. Essa ilha polinésia era tão isolada no oceano Pacífico quanto é a Terra no espaço. Quando os ilhéus passaram a enfrentar dificuldades, não houve lugar algum para onde pudessem fugir, ou a que pudessem recorrer em busca de ajuda; e tampouco nós, terráqueos modernos, poderemos recorrer a outros locais, se nossos problemas aumentarem (Diamond, 2005 apud Giddens, 2010, p. 49).

Conforme exposto por Giddens (2010), não há um consenso na análise do risco da mudança climática. Os cientistas que trabalham para o IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) divergem quanto à progressão do aquecimento global e suas consequências, mas as tratam como um problema que afeta a todos independente de se encontrarem localizados em países ditos desenvolvidos, em desenvolvimento ou nos considerados mais pobres. Afeta ainda a vida animal, vegetal, com impactos crescentes sobre a produção agrícola.

A despeito do cenário pessimista trazido por Georgescu-Roegen (1974), trata-se de um autor que contribui para pensar o papel das técnicas e das tecnologias de baixa entropia<sup>5</sup>

4Btu corresponde a British Thermal Unit (Unidade Térmica Britânica), unidade tradicional de energia que equivale a 1.055 kJoules, utilizada para caracterizar processos, equipamentos e máquinas que envolvem energia térmica e para a indicação de grandeza dos conteúdos energéticos de combustíveis fósseis.

5 Para o autor, por exemplo, a transformação do minério de cobre em 'folha' de cobre é um processo que eleva

utilizadas em sistemas produtivos, em especial as técnicas aplicadas à agricultura. O autor faz uma revisão teórica sobre a importância de trabalhar tendo em mente a tendência ao aumento da entropia. Considera que a Terra, embora não possa ser consumida, deriva seu valor econômico de dois aspectos: primeiro, é o único meio pelo qual podemos buscar a forma mais vital de baixa entropia para nosso consumo; segundo, o seu tamanho é imutável.

A questão é que nós estamos nos tornando especialistas em trocar processos de menor entropia por processos de maior entropia. De outra forma, o que se valoriza são processos tecnológicos altamente consumidores de energia não renovável e padrões de consumo que privilegiam estes processos. Cresce também o papel do alimento industrializado face ao alimento *in natura*.

Considerando o exposto, surge a dúvida: como pensar o argumento da sustentabilidade diante deste cenário? Uma hipótese é que a ênfase na sustentabilidade surge muito mais como um desejo do que como uma condição real. Se ela se tornará real ou se permanecerá utópica vai depender em grande parte do comportamento humano. Sem grandes avanços no debate da sustentabilidade, não seria mais coerente falar da *insustentabilidade*?

Como foi dito, não se traçou como objetivo do presente trabalho responder a estes questionamentos, mas sim levantar uma série de instrumentos para operacionalizar o debate. Por esta razão, cumpre observar um último aspecto: é certo que, enquanto a natureza passa a ser apreendida como 'a serviço' da produção, surgem críticas e estudos que apontam para limites do processo. É neste ponto que se inserem como relevantes os estudos acerca do quadro jurídico e do papel do Estado no processo, expostos na sequência.

### **Desenvolvimento e regulação**

Retomando Beck (2002, 1997), pode-se inserir um panorama que dá margem para trabalhar o papel da regulação no cenário descrito. O que se tem é a coexistência de vários tipos de riscos (novos, velhos ou reformulados), que terminam por ser não só abordados de distintas formas, mas também apreendidos de distintas formas. Todos os estudos acerca dos riscos falam basicamente em tendências, não em certezas. Giddens (2010, p. 55) já dizia: "é difícil manter um dado risco – inclusive o aquecimento global – na consciência do público, no contexto de outros perigos percebidos que surgem e desaparecem".

Ao mesmo tempo, estão em cena distintos atores: se cresce a dimensão da subpolítica, o Estado pode entrar em coalizão com a sociedade civil, que tem uma dimensão de crítica à legitimação do risco, a partir da participação dos movimentos sociais e da

---

a entropia pela quantidade de energia e calor despendida. Assim como o processo de transformação do minério eleva a instabilidade do sistema, todos os outros processos, e aqui se inserem com muito mais peso os processos industriais, trazem uma carga de energia e calor que contribui para o aumento da entropia e, portanto, da instabilidade.

sociedade civil organizada (ONGs, por exemplo, categorias que agora são transnacionais). Estes vão se mobilizar em busca da crítica aos problemas colocados. Nesse meio, deparamo-nos igualmente com atores também transnacionais, que fazem política sem necessariamente ser política, com uma visão de capital. Como conseguir um equilíbrio de forças e como fica a participação do Estado?

Em termos de sua participação no mercado, Bauman (1999) expõe que não se pode esperar que os novos Estados utilizem as antigas estruturas como espelho, tendo em vista que a própria distinção entre mercado interno e global já não é mais a mesma. A função anterior de manutenção do equilíbrio dinâmico, levada a cabo por políticas de comércio exterior protecionista e/ou de estímulo à demanda interna, foi abalada pelos interesses articulados de forças que operam nos mercados real e financeiro globais. Para o autor, sobra apenas ao Estado a garantia de um orçamento equilibrado, policiando e controlando as pressões locais por meio de intervenções estatais, em defesa da população face às consequências da anarquia de mercado. No contexto do risco, a participação ativa do governo é imprescindível.

Igualmente, é preciso ter em mente que não se pode negar que o debate sobre crescimento econômico, desenvolvimento e os velhos e novos riscos que se apresentam à sociedade repercute na relação entre o presente e o futuro incorporados no direito subjetivo, conceito jurídico considerado um dos mais importantes para a atualidade.

A concepção de direitos universais, concernentes às novas demandas geradas pela globalização, reflete a questão da regulação em uma perspectiva dupla: de um lado, o poder da regulação sobre a humanidade no entendimento de Direitos Naturais, como aspirações de validade universal e de caráter supranacional. Por outro lado, os direitos humanos incorporados nas Legislações Pátrias, através dos direitos fundamentais à luz do Direito Constitucional positivado.

Trindade (1999) examina o reconhecimento das condições de vida como matéria de legítimo interesse internacional, cristalizada na constatação do direito ao desenvolvimento como um Direito Humano no Direito Internacional Positivo. Para o autor, o desenvolvimento “é concebido como abarcando a sustentabilidade ambiental, a justiça social e o fortalecimento das instituições democráticas” (Trindade, 1999, p. 264). Sendo, portanto, inquestionável a posição central ocupada pela pessoa humana no processo ou nas estratégias de desenvolvimento.

Sen (2000) nos traz contribuições interessantes para pensarmos no tema do desenvolvimento, associando-o aos direitos humanos. Ele vê o desenvolvimento como ampliação das capacidades dos agentes, das possibilidades de escolhas e, no sentido mais geral, das liberdades humanas.

A condição de agente é entendida como a capacidade de agir e de proporcionar mudanças – estas entendidas, por sua vez, como o motor do desenvolvimento. A ideia é que se trata de uma condição apenas alcançada quando ocorre a remoção das fontes de

privação ou das limitações para o alcance da liberdade necessária. Um nível insuficiente de renda tende a proporcionar poucas escolhas a um indivíduo, desprovido-o, portanto, de atuar como sujeito ativo, tornando-o apenas sujeito às possibilidades mínimas que lhe são dadas. Não é apenas a renda que conta. Seguindo o já exposto em item anterior, outros aspectos terminam por suplantar a questão de que um indivíduo desprovido de educação de qualidade tende a não ter condições de crítica aos cenários postos, e, portanto, tende a não constituir-se atuante. Ou também que não se entende que um indivíduo que sobreviva de programas assistenciais, sem uma preocupação maior com a sua autonomização, possa, no futuro, vir a tornar-se ator de uma modernidade alternativa. O acesso à condição de agente, portanto, perpassa a discussão sobre direitos humanos.

No que se refere à regulação e ao desenvolvimento, Salomão Filho (2002, p. 57) argumenta que “são necessárias mudanças valorativas profundas, substituindo a preocupação econômica com os resultados, pela preocupação jurídica com os valores”. Entretanto, no que concerne aos riscos ambientais a insuficiência normativa tem levado a uma visão de negociabilidade em torno das demandas jurídicas, oferecendo um olhar ilusório do meio ambiente como algo disponível, não como um bem, mas como objeto de interesse.

Volta-se aqui à questão do direito normativo guiado por regras desprovidas da teoria de justiça, distanciando-se dos valores. Reconhecer os direitos humanos implicados no desenvolvimento, agregando valores às legislações pátrias, seja através dos direitos fundamentais e de princípios norteadores das constituições de cada país, significa um pequeno avanço, mas se enfoca ainda a necessidade de repensar a soberania estatal sob o prisma de uma regulação universal, reconhecendo o bem da humanidade como direito de todos.

### **Considerações finais**

A abordagem utilizada compartilha do entendimento de que a construção conceitual do desenvolvimento não se limita à busca de crescimento econômico, mas, acima de tudo, abrange as pessoas no centro das políticas sociais com o objetivo de alçar um padrão digno de vida. No mundo globalizado, as economias nacionais abrem-se aos capitais especulativos, concentrando riquezas nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que se fecham às conquistas sociais, aumentando de forma crescente o contingente de marginalizados e excluídos. Abrir o capital em todo o mundo não significa ampliar o trabalho, eliminar as diferenças sociais, o processo migratório, a pobreza e a exclusão social.

Hoje, repensar o conceito do desenvolvimento não pode se limitar apenas à busca de crescimento econômico, mas precisa, acima de tudo, abarcar as pessoas, e trazê-las para o centro das políticas sociais com objetivo de construir um padrão digno de vida.

Não dialogar sobre os riscos inerentes à produção de capital, na direção simplista dos

potenciais econômicos globalizados, significa fechar os olhos para as formas do capitalismo excludente e seletivo, que cresce por um lado, mas, por outro lado, esmaga as necessidades humanas e do planeta. Importa considerar o desenvolvimento sustentável de forma ampla, modificando o olhar de simples proteção dos recursos naturais e do meio ambiente para, acima de tudo, proteção da vida, abrangendo a dignidade como padrão global de avanço no desenvolvimento.

Perspectivas metodológicas como as centradas no papel dos atores têm contribuído para a percepção dessa outra forma de desenvolvimento (Malagodi; Menezes, 2009). Como já apontado por Sen (2000), quando se direciona para proposições dos atores perante suas demandas, é preciso olhar para a questão da ampliação das liberdades individuais, e, portanto, para a condição de agente, isto é para aqueles que agem e que proporcionam mudanças, vistas como motor do desenvolvimento, mas também em termos de sua capacidade de crítica e de reação.

Por fim, ganha sentido o alerta sobre os riscos ecológicos e sociais na dimensão do desenvolvimento como mero efeito das massas de capital, pois a movimentação pura e simples do investimento, além de provocar distorções ao desenvolvimento humano, está diretamente ligada às práticas lesivas aos direitos humanos. Considera-se também que a pobreza gerada pelo desenvolvimento/crescimento universalizado propicia uma ameaça grave ao meio ambiente e à sustentabilidade da própria vida humana, tomada em seu conjunto. Apenas desta forma o direito ao desenvolvimento será suficientemente abrangente para incluir o próprio direito à vida. Não se pretende aqui criar uma visão utópica de crescimento econômico, mas trazer para o debate desse tema os avanços obtidos nas diversas Ciências Sociais. E isso implica tratar a dignidade como ponto universal e um ingrediente necessário para as propostas de desenvolvimento.

Neste debate, o que se verificou é que a sociedade hoje se insere em um cenário no qual dividem espaços os chamados 'novos' e 'velhos' riscos. Foi salientado que riscos históricos se mantêm e/ou se reconfiguram na contemporaneidade. Neste sentido, se, por um lado, a abordagem empreendida por Beck traz relevantes contribuições, por outro lado, parece não ser suficiente para abarcar toda a problemática vivenciada na atualidade, pois muitos dos fenômenos assinalados incorporam distintos elementos e contextos societários complexos.

## Referências

BAUDRILLARD, Jean. **Mirror of production**. St. Louis: Telos Press, 1975.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BECK, Ulrich. **La sociedad Del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Trad. Jorge Navarro, Daniel Jiménez e Rosa Borrás. Barcelona/México: Buenos Aires/Paidós Básica, 2002.

- \_\_\_\_\_. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; e LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem moderna**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p. 12-71.
- CARVALHO, Cynthia X. de; MALAGODI, Edgard. Sustentabilidade e agroecologia: uma questão em aberto. In: **XLIX Congresso Brasileiro da SOBER**. Belo Horizonte (MG). Anais do XLIX SOBER (CD Rom), Belo Horizonte, 2011.
- CARVALHO, Cynthia X. de et al. 2012. **Inovação e conhecimento local: um estudo de caso sobre tecnologias apropriadas para a convivência ambientalmente equilibrada no Semiárido pernambucano**. Recife, 2012. [mimeo circulação restrita].
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. I. 6. ed. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O poder da Identidade**. A era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. II. 5. ed. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **The State of Food Insecurity in the World: Addressing food insecurity in protracted crises** (Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations), 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i1683e/i1683e.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2012
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicolas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1974.
- GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- HINRICHS, Roger A; KLEINBACH, Merlin; REIS, Lineu Belico dos. **Energia e meio ambiente**. Trad. Lineu Bérico dos Reis, Flávio Maron Vichi, Leonardo Freire de Mello. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- MORAES, Orozimbo José de. **Economia ambiental: instrumentos econômicos para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Centauro, 2009.
- NUNES, Antônio José Avelãs. **Industrialização e desenvolvimento: a econômica política do modelo brasileiro de desenvolvimento**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.
- SALOMÃO FILHO, Calixto (coord.). **Regulação e desenvolvimento**. São Paulo: Malheiros. 2002.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria sobre o desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Trad. Maria Silvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- ROBERTS, Paul. **O fim dos alimentos**. Trad. Ana Gibson. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental**: fundamentos, políticas e aplicações. Trad. Antonio Claudio Lot e Marta Reyes Gil Passos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

TRINDADE, Antônio Augusto C. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1999.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human Development Report. **Sustainability and Equity: A Better Future for All**. New York: United Nations Development Program, 2011. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2011\\_EN\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Complete.pdf)> Acesso em: 23 jun. 2012

VANDENBERGHE, Frederic. Globalizzazione e individualizzazione nella tarda modernità, In: BETTIN, G. (a cura di): **Giovani e democrazia in Europa**, Tomo 1. Padova: Cedam, 1999. p. 3-68. Disponível em: <<http://pronex.iesp.uerj.br/textos/youth.pdf>> Acesso em: 14 maio 2012.

Recebido em 10/07/2012

Aprovado em 10/08/2012